

Handwritten marks:
A large 'D' with a diagonal slash through it, a squiggle to its right, and a stylized signature below.

Relatório e Contas do Período - 2023

SEGUP CORRETORES DE SEGUROS S.A

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	21
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	22
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	23

Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.^{mos} Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório de Gestão do Conselho de Administração da SEG UP CORRETORES DE SEGUROS, S.A. (doravante SEGUP ou ENTIDADE) relativo ao período económico de 2023.

A entidade exerce a atividade de mediação de seguros, tendo obtido o certificado de corretora de seguros em março de 2024.

Uma corretora de seguros é uma empresa que atua como intermediário entre o cliente e as companhias de seguros. A sua função principal é ajudar os clientes a encontrar o seguro que melhor atendam às suas necessidades, a corretora de seguros realiza uma série de atividades para facilitar esse processo, incluindo: Análise de Necessidades, Cotação e Comparação, Consultoria, Negociação, Administração de Apólices, Assistência em Sinistros.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma breve abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2023 pode ser dividido em 3 categorias, economia, guerras e alterações climáticas.

Para muitos, a evolução da economia em 2023 foi uma surpresa. A ameaça das elevadas taxas de inflação registadas em 2022 fazia temer o pior. Historicamente, períodos de elevada inflação são seguidos por períodos de recessão, diminuição drástica da atividade económica e subida do desemprego. No entanto, a recuperação das cadeias logísticas, a diminuição da procura por bens de consumo, as políticas financeiras e monetárias adotadas pelos bancos e a estagnação dos salários permitiram abrandar a inflação. O mundo parece ter afastado o cenário de recessão, substituindo-o por uma “soft-landing”. Para os restantes indicadores, a palavra de ordem foi “abrandamento”, a atividade económica abrandou, o crescimento do PIB da maioria dos países abrandou e o mercado de trabalho abrandou.

Na segunda categoria, guerras, aconteceu o esperado e o inesperado. Como era expetável a guerra na Ucrânia permaneceu o ponto central de grande parte de 2023. O conflito atingiu um novo impasse após a contraofensiva ucraniana ter nutrido poucos ganhos sendo que a Rússia manteve a sua política de

bombardeamento indiscriminado. Do lado do inesperado, o mundo assistiu ao reacender de um conflito histórico no médio oriente. A invasão de Israel pelo Hamas despoletou uma contraofensiva na Faixa de Gaza que se materializou numa invasão por parte das forças israelitas e no bombardear incessante do território palestino. Ao contrário da guerra na Ucrânia, em que a resposta pró-Ucrânia foi praticamente total, o conflito no médio oriente gerou ondas de controvérsia que se alastraram um pouco por todo o mundo. Líderes mundiais tomaram posições opostas, foram levantadas questões sobre crimes de guerra de parte a parte e alastraram-se manifestações populares pró-palestianas em vários países. Este conflito armado, que se tornou também num conflito de opiniões, fez aumentar as divisões religiosas em algumas regiões, com relatos

de ataques e de um aumento generalizado do sentimento antissemita. No meio da escala destes conflitos é de lembrar que 2023 viu ainda dois golpes de estado militares, um no Níger e outro no Gabão.

Por fim, na categoria alterações climáticas, o mundo ardeu, tremeu e também inundou, naquele que foi o ano mais quente desde que há registo. A preocupação com as alterações climáticas aumentou à medida que várias regiões do globo se viram a braços com condições meteorológicas cada vez mais extremas.

1.1. A Nível Internacional e Europeu

Mundo

O ano de 2023 trouxe surpresas para grande parte dos economistas. As rápidas subidas das taxas de juro não fizeram cair os mercados financeiros e as taxas de inflação, que continuam significativamente acima do desejado, parecem estar a ser controladas sem despoletar uma recessão. No entanto, esta resiliência inesperada dos mercados não significa que tudo tenha corrido bem.

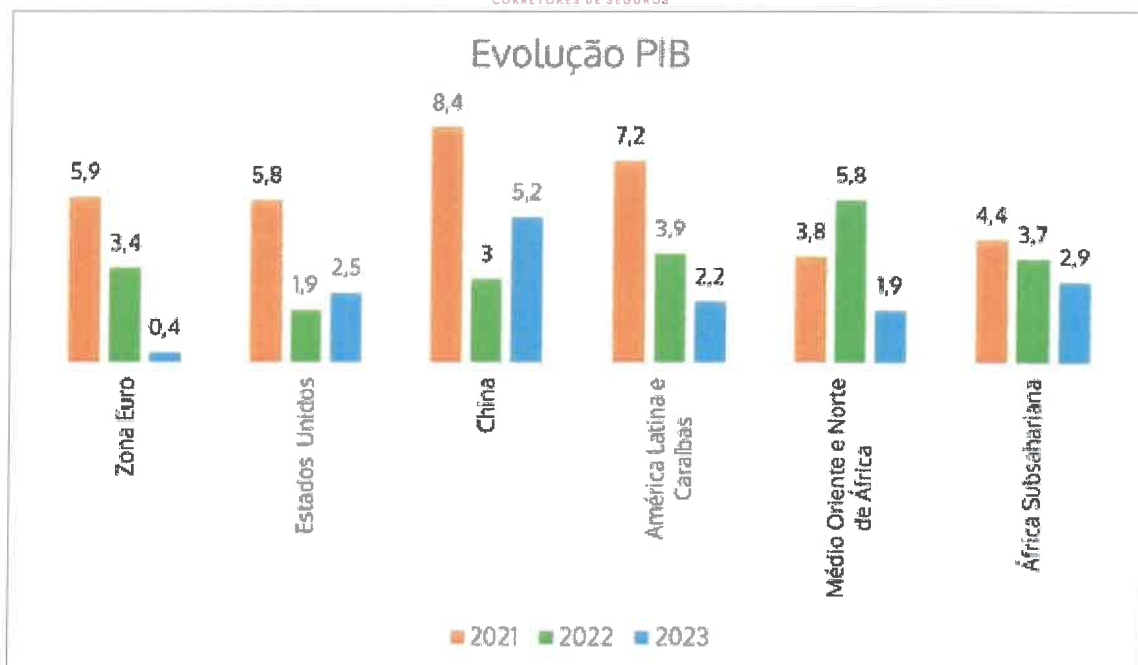
Embora aparentemente, grande parte do mundo tenha evitado a queda numa nova crise, o crescimento económico abrandou de forma generalizada. Segundo o World Bank o crescimento do PIB mundial tinha sido de 3% em 2022, mas ficou-se pelos 2,6% em 2023. O Fundo Monetário Internacional aponta três grandes culpados para o desacelerar das economias.

Em primeiro lugar, o fim da recuperação económica pós-covid. Em 2022 as economias mais baseadas em serviços observaram uma maior retoma que as outras, mas a retoma está praticamente concluída o que fez estabilizar o crescimento em 2023.

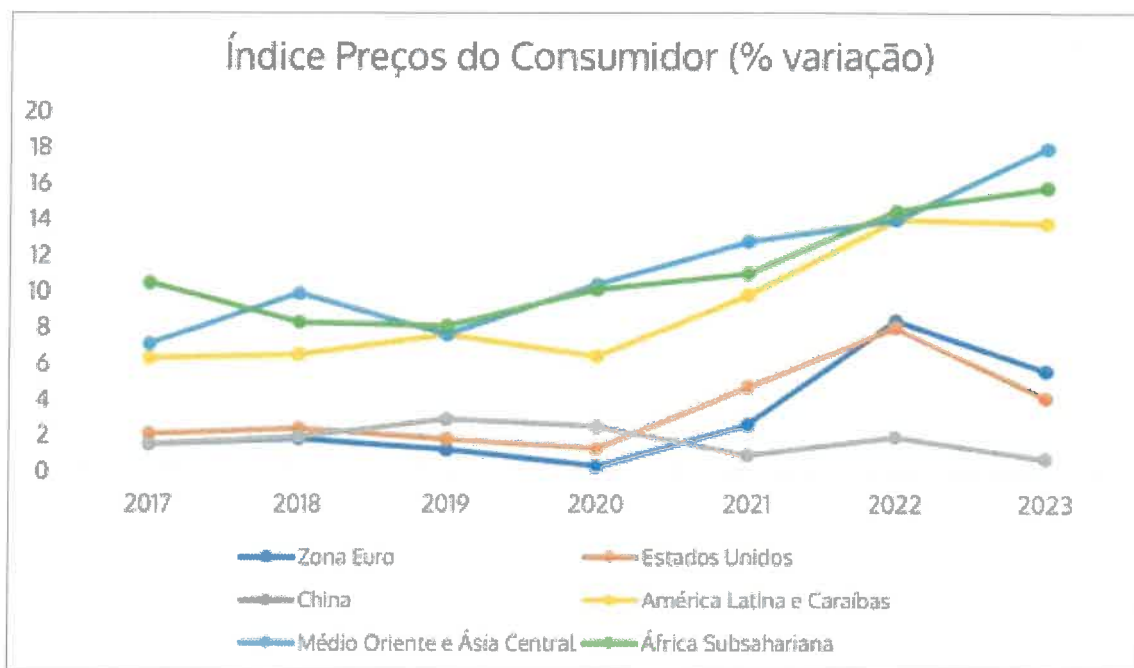
Em segundo lugar, houve um apertar das condições de disponibilização de crédito fruto de políticas monetárias mais restritas que tinham como objetivo controlar a inflação. Esta rigidez dos mercados financeiros afetou o mercado imobiliário e o investimento, especialmente em países com maior incidência de taxas de juro variáveis.

Por fim, com um efeito mais generalizado, a inflação continuou a causar estragos. Os mais afetados foram os países mais dependentes do fornecimento de energia da Rússia e que viram os preços da mesma aumentar.

Abaixo apresentam-se os dados de crescimento do PIB desagregados pelas principais regiões do mundo.



Com exceção da China e dos Estados Unidos, todas as restantes regiões observaram uma queda de crescimento, dando continuidade à tendência iniciada em 2022. A inflação comportou-se de forma semelhante, observando-se uma subida menor do indicador na maioria das regiões.



Como explicação para a desinflação observável no gráfico acima, o FMI e World Bank estão largamente de acordo nas principais causas.

A quebra na procura, associada a uma retoma das cadeias logísticas de fornecimento que tinham sido altamente impactadas pelo Covid-19 e pela guerra na Ucrânia, fizeram cair a pressão sobre o mercado das commodities.

O preço dos combustíveis baixou mesmo com a flutuação registada na segunda metade do ano, fruto da instabilidade no médio oriente. A descida deve-se a um aumento das exportações de países não OPEC+ e a uma menor procura, fruto da quebra na produção global.

Os salários mantiveram-se constantes, este facto, associado ao fim de muitos dos apoios dados pós-Covid-19, retirou poder de compra às pessoas, ajudando a diminuir a pressão da procura. Adicionalmente, impediu a chamada wage-price spiral, fenómeno em que o aumento dos salários leva a uma maior procura, que por sua vez, leva a um aumento de preços, o que leva a uma maior pressão para aumento de salários, perpetuando um ciclo.

Embora, se possa celebrar o aparentemente cenário de soft-landing, os bancos centrais continuam a alertar para o facto de as taxas continuarem bastante acima dos 2% desejáveis.

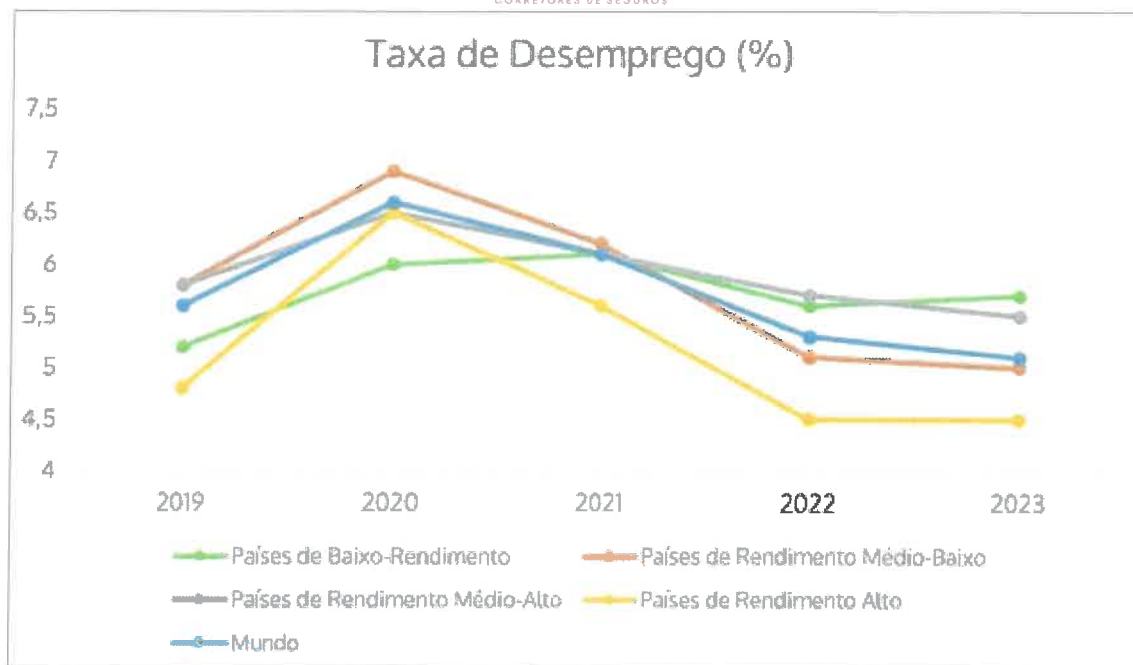
Por isso mesmo, a política monetária dos principais bancos centrais continuou bastante apertada. Esta política permitiu conter as principais crises do ano no setor bancário nomeadamente quando diversos bancos regionais dos EUA e o Credit Suisse se mostraram problemáticos. No entanto a rigidez financeira, que se materializa num aumento das taxas de juro, começou a contagiar outras áreas da economia.

Ao longo de 2023 foi possível observar uma diminuição de disponibilização de crédito por parte dos bancos. Por um lado, houve um aumento da exigência para o fornecimento de financiamento, por outro lado, as empresas tentaram diminuir as suas alavancas financeiras contraindo menos dívidas.

A quebra de atratividade dos créditos também levou a uma quebra no investimento. Um dos setores que mais sentiu esse efeito foi o mercado imobiliário onde os preços das casas começaram a estagnar e até a inverter a tendência de crescimento em alguns países.

Pela positiva, a política monetária mais apertada parece não ter afetado de forma relevante os mercados de dívidas da maioria das economias. Não obstante, o World Bank alerta que no grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, 1 em cada 4 países continua a encontrar custos proibitivos de financiamento.

Sem quebrar a tendência de abrandamento dos outros indicadores, também o mercado do trabalho estabilizou. Apenas os países de baixo-rendimento registaram um ligeiro aumento da taxa de desemprego, com os restantes a continuarem a tendência de queda que se vinha a registar desde 2021.



Como ilustrado no gráfico acima, as quedas sentidas em 2023 são modestas quando comparadas com as do período homólogo. Mesmo assim, a Organização Internacional do Trabalho (ILO) reporta que as dificuldades de contratação e retenção de mão de obra em alguns setores continuaram com os especialistas a alertar que alguns países estão a assistir a uma fuga de trabalhadores qualificados, dos seus países de origem, para países com melhores ofertas salariais.

Um fator preocupante foi a inexistência de aumento do salário real em 2023. Mesmo com a falta de trabalhadores, tanto o FMI como o ILO reportam que não existiram aumentos salariais significativos no ano findo. Esta ausência de aumentos de remunerações, associados a uma inflação elevada e a um mercado imobiliário que estagnou com preços e taxas de juro elevadas, fez com que os trabalhadores tivessem perdido poder de compra.

Relativamente à estrutura do mercado de trabalho, as mudanças continuaram a acontecer, em especial nos países de alto-rendimento. Houve um aumento de trabalhadores em regime part-time sendo que este

fenómeno foi mais prevalente nas mulheres. As horas médias de trabalho continuaram abaixo dos níveis pré-pandemia, em parte devido ao ponto anterior, outra parte porque as empresas têm reduzido cargas horárias de forma a manter profissionais.

A redução de horários como medida de retenção de trabalhadores está em linha com uma nova abordagem das empresas para atração de talento. O relatório do World Economic Forum indicava que em 2023 apenas 35,3% das empresas viam a oferta de maiores salários como uma estratégia para reter pessoas. Como alternativa, 48,1% das empresas indicavam que iriam começar a apostar numa melhor progressão de carreira para os seus trabalhadores, enquanto 28,5% indicavam que iriam oferecer mais oportunidades de trabalho remoto e híbrido (20,5% indicavam fazê-lo apenas a nível nacional enquanto 8,6% indicavam fazê-lo também a nível internacional).

Na vertente não financeira, 2023 foi um ano de problemas. Enquanto o mundo continuava a assistir às imagens de guerra vindas da Ucrânia, um novo conflito emergiu no Médio Oriente. Um ataque do grupo terrorista

Hamas despoletou uma resposta de Israel na Faixa de Gaza. E enquanto a guerra despoletada na Ucrânia era para muitos preto e branco, o conflito do médio oriente foi ganhando vários tons de cinza à medida que dirigentes e representantes de diversos países foram tomando posições opostas. O alegado uso desproporcional de força e crimes de guerra de Israel deixaram vários países a braços com manifestações pró-Palestina e com o aumento de um sentimento antissemita.

Mas nem todos os protestos foram contra a guerra, o mundo assistiu também a lutas pelo ambiente. O tema das alterações climáticas surgiu várias vezes ao longo do ano, quer por bons motivos, como quando a nova lei europeia de restauração da natureza foi aprovada no parlamento europeu numa votação renhida em que os principais opositores eram os partidos de direita mais conservadores. Como por maus motivos, como quando a cimeira da COP28 ficou manchada pelo aparente plano dos Emirados Árabes Unidos de usar esta plataforma da sustentabilidade para discutir negócios de petróleo.

Acima de tudo, o tema das alterações climáticas surgiu sempre que um novo desastre natural se fazia sentir. No que toca a fogos, o Canadá foi atingido pelos piores incêndios de que há registo, a Grécia viu uma das suas ilhas turísticas ter de ser evacuada por causa das chamas, e no Havai, uma das regiões históricas foi reduzida a cinzas. Embora nem todos os fogos sejam causados pelas alterações climáticas, 2023 foi o ano mais quente desde que há registos.

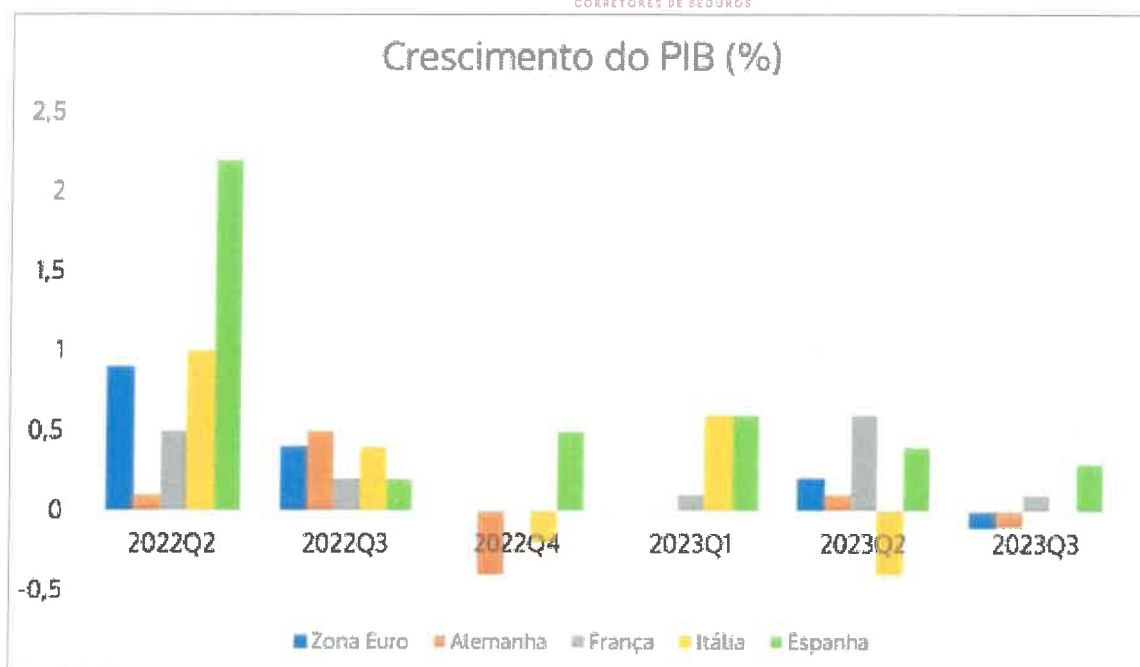
Mas as catástrofes naturais não se ficaram pelos fogos, o mundo enfrentou vários terremotos com dois a ganhar uma dimensão catastrófica, um em Marrocos, que matou 3.000 pessoas, e um que atingiu a Turquia e a Síria e vitimou 60.000 pessoas. Também as cheias foram problemáticas, na Líbia, as maiores cheias do último século destruíram duas barragens e causaram 4.000 mortos.

Por estas razões e por outras, o doomsday clock, relógio simbólico criado para simbolizar o quão perto a humanidade está de uma catástrofe global, foi colocado a 90 segundos da meia-noite. Por outras palavras, desde que foi criado em 1947, nunca o relógio esteve tão perto da hora que simboliza o fim da humanidade.

Europa

A Europa acompanhou a tendência global nos principais indicadores económicos e, tal como as restantes regiões do globo, teve como principal desafio as elevadas taxas de inflação.

3
D
D



Recorrendo a algumas regiões ilustrativas, o gráfico acima espelha o parco crescimento do PIB na Zona Euro em 2023. Este abrandamento é espelho de uma quebra na atividade industrial, e numa perda de força no crescimento dos serviços.

Por outro lado, a inflação também abrandou de forma transversal em todos os setores. Para os bens, a descida dos preços deve-se a uma quebra na procura e à recuperação das cadeias logísticas e de fornecimento. Na área dos serviços, atingiu-se o ponto de reabertura plena o que trouxe mais equilíbrio à relação procura oferta.

Relativamente ao desemprego, não houve alterações significativas entre 2022 e 2023. O Eurostat reportava que a taxa de desemprego na Zona Euro era de 6,5% em outubro de 2023, uma descida de 0,1 pontos percentuais relativamente aos 6,6% registados a outubro de 2022. Quanto à União Europeia, a taxa de desemprego terá ficado pelos 6% em outubro de 2023, uma descida 0,1 pontos percentuais relativamente aos 6,1% registados a outubro de 2022.

Mesmo que ligeira, a descida da taxa de desemprego demonstra a resiliência do mercado de trabalho face à desaceleração de atividade e crescimentos na Europa. Não obstante, o ano findo viu diminuir o número de vagas disponíveis bem como a procura por mão de obra, especialmente nos setores industriais e de construção. O setor dos serviços, embora continue em expansão, também mostrou sinais de quebra.

O consumo privado estagnou, depois de ter aumentado 4,1% em 2021 e 4,3% em 2022, o FMI reporta que o crescimento em 2023 fica pelos 0,7%, resultante da subida do consumo de serviços dado que o consumo de bens perecíveis caiu ao longo do ano. O consumo publico também abrandou, para os 0,1%, uma quebra menos acentuada dado que em 2022 o crescimento tinha sido de apenas 1,3% o que já contrastava com os 4,1% de 2021.

Principais Mercados Estrangeiros

China

Após um ano de fraco crescimento o PIB do mercado chinês iniciou uma trajetória de recuperação. Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e do World Bank, 2022 registou um crescimento de 3% que aumentou para 4,5% no primeiro trimestre de 2023, 6,3% no segundo trimestre e 4,9% no terceiro trimestre, tendo fechado o ano com um crescimento médio relativo a 2022 de 5,2%.

Este crescimento deve-se, maioritariamente, à reabertura da economia e à quebra comparativa registada em 2022. No entanto, o investimento imobiliário continua a cair o que tem pesado negativamente.

Esta região tem escapado à pressão inflacionária que se faz sentir no resto do mundo, em grande parte porque a China é praticamente autossuficiente no que toca ao mercado dos alimentos, e porque a sua posição relativamente à guerra na Ucrânia lhe permitiu ter acesso a preços baixos nas importações de petróleo vindos da Rússia.

O desemprego deverá manter-se alto para os padrões do país, com 2023 a fechar com uma taxa de 5,3%. Esta taxa é consequência do aumento do desemprego entre as camadas mais jovens.

EUA

Segundo dados da OCDE, o PIB dos EUA deverá ter crescido 2,4% em 2023, 0,1 pontos percentuais abaixo da estimativa de 2,5% do World Bank. É um crescimento superior ao registado em 2022 e que espelha a robustez da economia americana.

Graças ao alívio dos constrangimentos das cadeias logísticas os EUA registaram um abrandar da inflação. Segundo o FMI, este indicador, que havia crescido 8% em 2022, registou um crescimento de 4,1% em 2023. De acordo com estatísticas da Casa Branca esta redução da inflação é causada, em grande parte, pela quebra da subida de preços nos bens alimentares, na energia e nos bens de consumo.

O mercado do trabalho continuou a crescer, mas a um ritmo mais lento do que o registado em 2022. A OCDE estima que a taxa de desemprego se tenha mantido nos 3,6%, um valor historicamente baixo para o país.

1.2 Portugal

O Banco de Portugal registou um crescimento de 6,8% do PIB português em 2022. Para 2023 os dados indicam um crescimento de 2,1%, uma quebra de 4,7 pontos percentuais. Embora o ano tenha começado forte, o segundo e terceiro trimestres trouxeram um estagnar da atividade económica que se manteve até ao final. Esta quebra está intrinsecamente ligada ao abrandar de atividade dos parceiros económicos de Portugal tendo-se registado uma descida da procura externa. Adicionalmente, a política monetária mais apertada afetou as condições de financiamento das empresas e investidores. Com as quebras sentidas, foi o turismo que sustentou o fraco crescimento português em 2023, bem como os fundos provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Quanto ao indicador que mais preocupava os especialistas, a inflação, também sofreu uma quebra causada pela normalização da oferta, pela política monetária e pelo abrandar da procura. Desta forma o FMI estima que, após um crescimento de 8,1% em 2022, a inflação tenha sido de apenas 5,3% em 2023. A Comissão Europeia é mais pessimista, apontando uma taxa de inflação de 5,5%. Embora ambas as instituições mencionem uma recuperação da estabilidade nos preços, é de lembrar que as taxas indicadas para 2023 continuam acima dos níveis desejados.

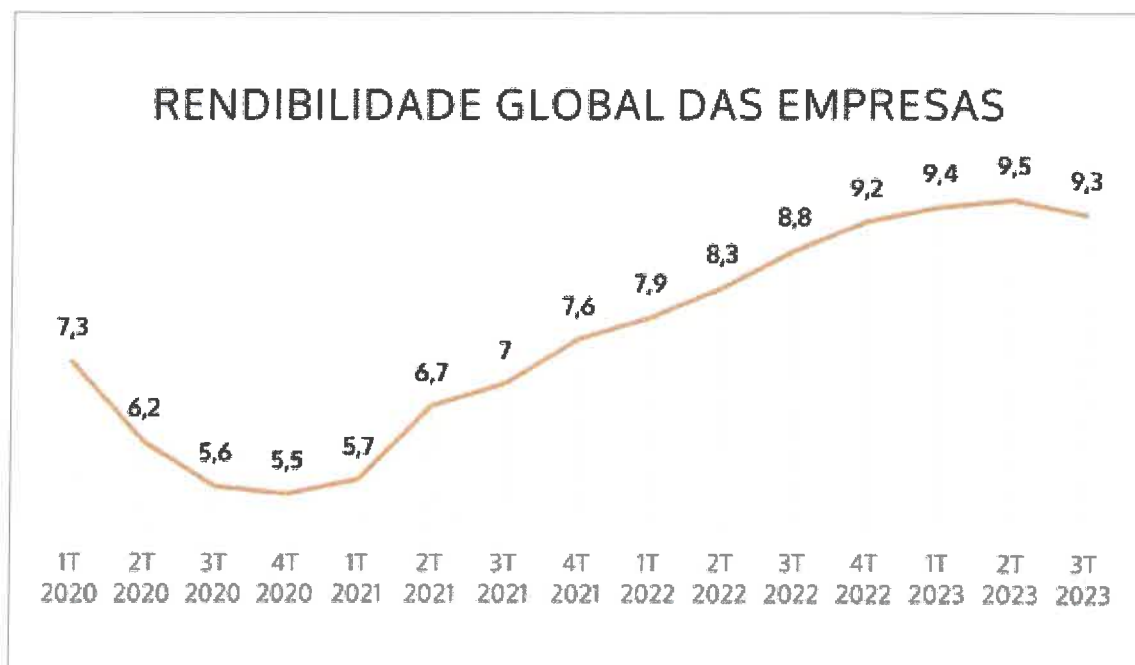
Um dos setores para o qual 2023 não foi um bom ano foi o da habitação. Com o elevado preço das casas, uma taxa de inflação a consumir o rendimento das famílias e a política monetária a fazer disparar as taxas de juro, as condições para compra de casa foram-se deteriorando. Segundo dados do INE, no primeiro trimestre de 2023 foram vendidas -20,8% casas do que em igual período de 2022, e no segundo trimestre foram vendidas -22,9% casas face ao período homólogo. A maior quebra aconteceu na venda de casa a compradores com domicílio fiscal em Portugal a quem foram vendidas -2,8% casas do que no primeiro trimestre e -23,8% do que no período homólogo. No que toca a vendas a compradores com domicílio fiscal fora do território nacional, também houve uma quebra nas vendas, mas estes compradores representam agora 7,5% das vendas de casas efetuadas, a maior percentagem desde que o indicador começou a ser oficialmente acompanhado em 2019.

Em relação ao mercado de trabalho, em 2023 a taxa de desemprego sofreu um ligeiro aumento. Segundo dados do FMI, a taxa de 6,1% registada em 2022 aumentou para os 6,6%. No entanto, enquanto a taxa de desemprego subia, também a taxa de emprego cresceu. Segundo dados do Banco de Portugal, houve um aumento de 0,8% na taxa de emprego. Este comportamento paralelo dos dois indicadores deve-se a um aumento da população ativa, segundo estatísticas do INE, no final de 2022 a população ativa era composta por cerca de 5.008.600 pessoas, sendo que no terceiro trimestre de 2023 este número tinha subido para cerca de 5.341.600 pessoas. O salário médio deverá ter aumentado 7,5%.

De acordo com a OCDE o consumo privado cresceu 1%, o que contrasta com o crescimento de 6,8% em 2022 e de 5,7% em 2021. A inflação volta a ser a grande culpada por este comportamento. Para além disso, o consumo privado sofreu grandes aumentos em 2021 e 2022 dadas as poupanças acumuladas durante o período de confinamento e fecho da economia causados pelo COVID-19. Em 2023 os especialistas concordam que estas poupanças acumuladas terão sido esgotadas, o que retirou força à procura. No que toca ao consumo público, cresceu 1,1% em 2023, valor próximo dos 1,4% registados em 2022 e consideravelmente abaixo dos 4,5% registados em 2021.

Um dos fatores que mais afetou negativamente o crescimento de Portugal em 2023 foi a quebra das exportações. Depois de um crescimento de 17,4% em 2022, o crescimento ficou pelos 5,3% em 2023. Esta quebra acentuada deve-se principalmente à já mencionada quebra na atividade económica dos principais mercados externos.

A rentabilidade do ativo das empresas foi aumentando ligeiramente na primeira metade do ano face aos 9,2% registados no final de 2022, mas quebrou 0,2 pontos percentuais na entrada do segundo semestre.



Comparando o 3º trimestre de 2023 com o período homólogo, houve aumentos ligeiros na rentabilidade das empresas do setor da indústria, no setor da eletricidade e água e no setor da construção, mas todos os outros setores sofreram quebras. No que toca às empresas públicas a rentabilidade destas fixou-se nos 7,2%.

A autonomia financeira das empresas aumentou para 43,2% no segundo trimestre de 2023, era de 41,8% no final de 2022. O peso dos financiamentos no ativo das empresas baixou para 27,9% o que compara com os 30,8% registados no mesmo período do ano anterior. Este aumento foi transversal a todos os setores da economia. Quanto à dimensão das empresas, as PME registaram um aumento da autonomia financeira dos 41,1% no segundo trimestre de 2022 para os 44,2% no mesmo período de 2023, enquanto as grandes empresas registaram um aumento deste rácio dos 34,7% no segundo trimestre de 2022 para os 36,7% no segundo trimestre de 2023. No setor público, a autonomia financeira aumentou de 31,7% no segundo trimestre de 2022 para 33,9% no mesmo período de 2023.

Segundo o governo português, a dívida pública portuguesa no final de 2022 representava 115,9% do PIB. Em 2023 este rácio deverá cair para os 98,7%, representando uma descida de 17,2 pontos percentuais.

2. Evolução da Atividade da Entidade

A Segup tem como atividade principal a mediação corretagem consultadoria de seguros. Os clientes da empresa pertencem ao setor empresarial, particulares e instituições.

Em 2023, os serviços prestados tiveram um aumento de 23%.

	2023	2022	Var.Valor	Var.%
Variação das vendas				
Serviços Prestados	1.228.407,67	998.120,51	230.287,16	23,07

	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Ativo não corrente	189.440 €	330.561 €	-141.122 €	-42,69%
Ativo corrente	393.004 €	473.132 €	-80.128 €	-16,94%
Total do Ativo	582.443 €	803.693 €	-221.249 €	-27,53%
Capitais Próprios	301.545 €	244.347 €	57.198 €	23,41%
Passivo não corrente	0 €	0 €	0 €	0,00%
Passivo corrente	280.898 €	559.345 €	-278.447 €	-49,78%
Total do Passivo	280.898 €	559.345 €	-278.447 €	-49,78%
Total dos Capitais próprios e Passivo	582.443 €	803.693 €	-221.249 €	-27,53%

Verificamos uma diminuição do valor do ativo em cerca de 28% quando comparado com 2022. Adicionalmente, observamos uma diminuição de cerca de 49,78% do valor do passivo. Em sentido oposto verificamos um aumento do valor do capital próprio em cerca de 23,41%.

3. Análise económica e financeira

A evolução da atividade da entidade nos últimos anos reflete-se nos valores evidenciados por alguns indicadores económicos, financeiros e de rentabilidade, nomeadamente:

	2023	2022
Indicadores económicos		
EBITDA	162.450,29	63.920,15
EBITDA/VN	13,22	6,40
EBITDA/ativo	27,89	7,95
Cash flow	107.872,22	54.445,64
Volume de negócios	1.228.407,67	998.120,51
Variação VN (%)	23,07	57,54
Indicadores financeiros		
Autonomi Financeira (AF) (%)	51,77	30,40
Solvabilidade Geral(SG)	1,07	0,44
Liquidez Geral(LG)	1,40	0,85
Liquidez Reduzida(LR)	1,40	0,85
Liquidez Imediata(LI)	0,51	0,44
Indicadores de rentabilidade		
Rendibilidade das Serviços Prestados	0,047	0,003
Rendibilidade dos capitais próprios(RCP) (%)	23,41	1,30
Rendibilidade do Ativo(RA) (%)	9,82	0,39

A Entidade aumentou ligeiramente a estrutura financeira de curto prazo, como demonstram os indicadores de liquidez. O indicador de liquidez geral, o indicador de liquidez reduzida e o indicador de liquidez imediata tiveram um aumento significativo comparativamente ao período anterior.

Relativamente à capacidade de a empresa solver os seus compromissos no médio e longo prazo (indicador de solvabilidade), o seu valor registou um aumento muito significativo comparado ao período anterior.

O rácio de autonomia financeira, comparativamente ao ano anterior, também obteve um grande aumento apresentando um valor de 51,77 % em 2023 e 30,40 % em 2022.

A nível económico verificou-se um aumento do volume de negócios, tendo o volume de faturação se situado nos 1.228.407.67 € em 2023 face ao valor verificado de 998.120.51€ em 2022.

4. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

5. Evolução Previsível da Sociedade

A invasão da Ucrânia pela Rússia, iniciada em fevereiro de 2022, constituiu o principal facto geopolítico a condicionar a evolução da economia e do comércio mundiais. Tal é motivado pelas perturbações que esta produziu em termos de aumento global da incerteza, de instabilidade do mercado energético internacional (com uma escalada dos preços de energia) e de escassez e aumento de preços de diversas matérias-primas essenciais para a indústria, bem como de produtos alimentares.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2023, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.




6. Ações Próprias

No decurso do período de 2023 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2023, a sociedade não detinha ações próprias.

7. Autorizações Concedidas a Negócios Entre a Sociedade e os Seus Administradores

Durante o período de 2023 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

8. Sucursais da Sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido do período de 2023 positivo, no valor de 57.197,75€ (cinquenta e sete mil, cento e noventa e sete euros e setenta e cinco cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Reservas legais no valor de..... 353,37 €

Reservas Livres.....56.844,38 €

10. Objetivos e Políticas de Gestão dos Riscos Financeiros

Para além dos riscos que possam decorrer de uma eventual retração da economia em virtude dos efeitos resultantes da rutura nas cadeias de abastecimento globais, pelo surgimento de pressões inflacionistas e pela invasão da Ucrânia pela Rússia, não são, nesta altura, previsíveis outros, que possam pôr em causa a atividade ou a prossecução dos objetivos da entidade.

No contexto económico e financeiro em que a entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de

gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos da entidade.

11. Principais Riscos e Incertezas

Atividade da empresa encontra-se exposta a uma variedade de fatores de riscos financeiros: risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez, os quais são objeto de uma política de monitorização e gestão que visa minimizar os potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da empresa:

Riscos de Mercado

- **Risco de Taxa de Juro**

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. A Empresa recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira da Empresa está indexada a taxas de juro de mercado.

- **Risco de Taxa de Câmbio**

O risco cambial é consequência de ativos, passivos e transações comerciais futuras. A entidade apresenta uma baixa exposição ao risco de taxa de cambio.

Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

- As particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;
- A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- Uma regular monitorização das contas de cliente;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

12. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2023, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2023.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal de contas.

13. Benefícios fiscais

O Incentivo fiscal à recuperação é um benefício fiscal plasmado no Artº 307 da Lei Nº 12/2022 de 27 de junho (OE de 2022), que permite às empresas deduzir à coleta apurada uma percentagem de 10 a 25% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração, que sejam efetuadas, num montante acumulado máximo de 5 milhões de euros, e até 70% da coleta de cada período de tributação. Em 2022 foi efetuado um investimento no valor de 17.598.97€ que originou um benefício fiscal no período no valor de €. 1.759,9€. Face ao exposto a entidade pagou menos 1.506,76€ em IRC em 2022, e em 2023, pagou menos 253,14€.

14. Outras informações

A entidade alterou a dia 02 de abril de 2024 a sua designação de SEG UP – MEDIAÇÃO DE SEGUROS S.A. para SEG UP CORRETORES DE SEGUROS S.A..

A entidade em 2023 passou os limites de Microentidade passando a aplicar o NCRF – PE no Período de relato.

15. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

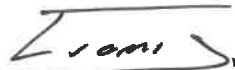
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Administração para emissão em 20 de maio de 2024.

16. Nota final

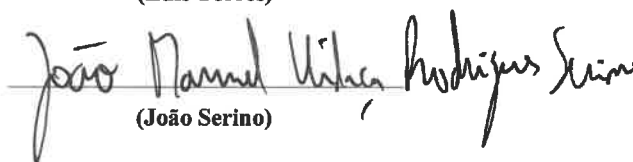
A administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade.

Braga, 20 de maio de 2024

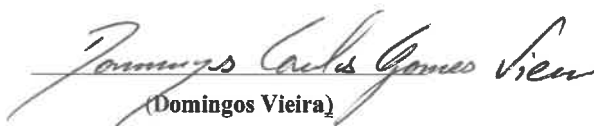
A Administração



(Luis Torres)



(João Serino)



(Domingos Vieira)

Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, informamos que à data de 31 de dezembro de 2023, os membros dos órgãos de Administração e de fiscalização eram titulares das seguintes ações:

➤ Conselho de Administração

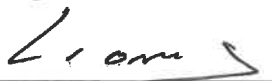
Luís Romeu Rodrigues Torres detinha, em 31 de dezembro de 2023, 1 ação de 5€/cada.

➤ Fiscal Único

O órgão de fiscalização não era detentor de quaisquer ações naquela data, nem possui à presente data, nem efetuou quaisquer aquisições ou alienações durante o período de 2023.

Braga, 20 de maio de 2024

O Conselho de Administração,



(Luís Romeu Rodrigues Torres)



(João Manuel Vilaça Rodrigues Serino)



(Domingos Carlos Gomes Vieira)

Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Romeu Rodrigues Torres

João Manuel Vilaça Rodrigues Serino

Domingos Carlos Gomes Vieira



MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Fernando Domingos Moreira Torres

Secretário: Manuel Rodrigues de Sá Serino

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: António Fernandes, Marta Martins & Associados SROC Lda. representada por Dr. António Manuel Pinheiro Fernandes (SROC n.º 327)

Fiscal Único Suplente: Dr. º Amadeu José Maia Monteiro de Magalhães (ROC n.º 1069)

Demonstrações Financeiras Individuais – Período 2023

SEG UP CORRETORES DE SEGUROS S.A

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

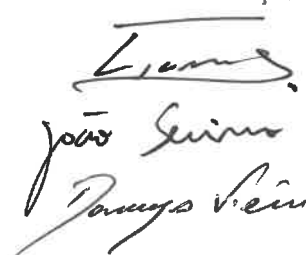
	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Activo			
Activos fixos tangíveis	5	155.328,21	195.022,42
Participações financeiras - método eq. patrimonial	6	29.926,68	130.970,48
Investimentos financeiros	4	4.184,78	4.568,42
Total dos Activos Não Correntes		189.439,67	330.561,32
Cientes	8	19.394,38	37.022,41
Estado e outros entes públicos	9	0,00	29.810,49
Outros créditos a receber	10	212.017,00	154.345,12
Diferimentos	11	17.017,82	6.202,32
Caixa e depósitos bancários	4	144.574,55	245.751,23
Total dos Activos Correntes		393.003,75	473.131,57
		582.443,42	803.692,89
Capitais Próprios			
Capital subscrito	12	54.000,00	54.000,00
Reservas Legais	13	10.446,63	10.290,38
Reservas	13	152.450,88	149.482,12
Resultados transitados	14	27.449,89	27.449,89
Resultado líquido do período		57.197,75	3.125,01
Total dos Capitais Próprios		301.545,15	244.347,40
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	18.011,61	12.958,34
Estado e outros entes públicos	9	82.497,39	19.668,99
Financiamentos obtidos	15	0,00	180.000,00
Outras dívidas a pagar	17	175.530,56	346.718,16
Diferimentos	11	4.858,71	0,00
Total do Passivo		280.898,27	559.345,49
Total do capital próprio e do passivo		582.443,42	803.692,89

Braga, 20 de maio de 2024

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº18205



A ADMINISTRAÇÃO



SEG UP CORRETORES DE SEGUROS S.A

**Demonstração dos Resultados Individuais por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2023**

(Valores expressos em euros)

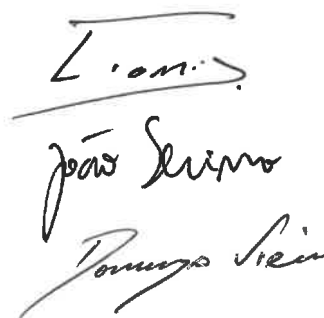
	Notas	31.Dez23	31.Dez22
Prestação de serviços	18	1.228.407,67	998.120,51
Subsídios à exploração	19	1.186,68	112,00
Fornecimentos e serviços externos	20	-599.031,77	-450.679,25
Gastos com o pessoal	21	-581.414,35	-418.455,82
Outros rendimentos	22	241.321,22	156.791,39
Outros gastos	23	-128.019,16	-221.968,68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		162.450,29	63.920,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	-50.674,47	-51.320,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		111.775,82	12.599,52
Resultado antes de impostos		111.775,82	12.599,52
Imposto sobre o rendimento do período	9	-54.578,07	-9.474,51
Resultado líquido do período		57.197,75	3.125,01

Braga, 20 de maio de 2024

CONTABILISTA CERTIFICADO N°18205



A ADMINISTRAÇÃO



João Sérgio

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
Para o Período económico findo em 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em euros)



1. Identificação da entidade

Designação da entidade a partir de 02 de abril de 2024: SEG UP CORRETORES DE SEGUROS S.A

Designação anterior: SEG UP – Mediação de Seguros, S.A.

Sede Social: Largo de S. Francisco Nº38, união de freguesia de S. José de Lázaro e S. João do Souto, Braga

Data da Constituição: 05 de julho de 2013

NIPC: 510670300

Capital Social: 54.000,00€

C.A.E.: 66220– Mediação, corretagem e consultadoria de seguros, atividade auxiliar de serviços financeiros e seguros 66290 – Outras atividades auxiliares de seguros e fundos de pensões.

A entidade exerce a atividade de mediação de seguros, tendo obtido o certificado de corretora de seguros em março de 2024.

Uma corretora de seguros é uma empresa que atua como intermediário entre o cliente e as companhias de seguros. A sua função principal é ajudar os clientes a encontrar o seguro que melhor atendam às suas necessidades, a corretora de seguros realiza uma série de atividades para facilitar esse processo, incluindo: Análise de Necessidades, Cotação e Comparação, Consultoria, Negociação, Administração de Apólices, Assistência em Sinistros.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de “entidades” para efeitos de aplicação do SNC, a entidade é considerada uma pequena empresa e adota a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE), a qual foi publicada pelo Aviso n.º 8257/2015, que consta do Diário da República n.º 146, II série, de 29 de julho de 2015.

A entidade no período de 2023 ultrapassou os limites de Microentidade, desta forma no período de relato de 2023 passou a utilizar o NCRF- PE e conseqüentemente aplicou pela primeira vez o Método de Equivalência Patrimonial.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas de seguida.

3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nesta conformidade, as demonstrações financeiras anexas foram preparadas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

3.1.2. Pressuposto de acréscimo (ou periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas “Diferimentos”, “Outros créditos a receber” ou “Outras dívidas a pagar”.

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	3 a 7
Ferramentas e utensílios	3 a 7
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 4

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, respetivamente.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Na sua maioria, os ativos intangíveis são constituídos por programas de computador e são amortizados pelo método da linha reta, aplicado em regime de duodécimos a partir do momento em que os mesmos estão disponíveis para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerado qualquer valor residual.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos intangíveis foram as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

As mais e menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.3. Participações financeiras

As partes de capital em entidades cuja participação financeira ou influência por parte da Entidade não excede os 20% do capital social são reconhecidas ao custo de aquisição, deduzidos das Perdas por Imparidade acumuladas.

Os investimentos financeiros em entidades participadas nas quais a Entidade tenha uma influência significativa ou onde exerce o controle das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais – geralmente investimentos representando mais de 20% do capital de uma entidade – são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial na rubrica - Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das Entidades associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado “Goodwill”, sendo apresentado em linha autónoma do balanço e amortizado em 10 anos. A sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Caso a diferença seja negativa (“Badwill”), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo reconhecida uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Entidade nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra reconhecido, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da entidade associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo “Provisões” para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com entidades associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.2.4. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.5. Subsídios e outros apoios de Entidade Públicas

Os subsídios e outros apoios de Entidade públicas são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos"

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.6. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período

seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outros créditos a receber

As contas a receber de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica “Perdas por imparidade em contas a receber”, por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread;
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao valor nominal.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 50.000,00€, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2020 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis

à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.2.8. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e, nos serviços prestados, é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica “Rendimentos a reconhecer”, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.2.9. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)” ou nas rubricas “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.10. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Estimativa de imposto;

- Estimativa das férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.2.11. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

3.2.11.1. Riscos de Mercado

Risco de Taxa de Juro

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. A Empresa recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira da Empresa está indexada a taxas de juro de mercado.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco cambial é consequência de ativos, passivos e transações comerciais futuras. A entidade apresenta uma baixa exposição ao risco de taxa de cambio.

3.2.11.2. Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

- As particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;
- A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- Uma regular monitorização das contas de cliente;

- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

3.2.11.3. Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.2.12. Comentários da Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A empresa não tem valores cativos em nenhum depósito a prazo ou à ordem ou em equivalentes.

3.2.12.1 Resultado por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o resultado líquido pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

4. Fluxos de caixa

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” a 31 de dezembro tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Caixa	3.406,88	1.261,11
Depósitos à Ordem	141.167,67	244.490,12
	144.574,55	245.751,23

Em 31 de dezembro de 2023, a entidade não dispunha de linhas de crédito aprovadas e não utilizadas.

5. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, com referência aos períodos de 2023 e 2022, pode ser analisada como segue:

31 de dezembro de 2023

Descrição	Saldo em 01-Jan - 2022	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Diminuições	Saldo em 31-dez-2023
Valor Bruto				
Edifícios e outras construções	186.579,58	4.624,80	0,00	191.204,38
Equipamento básico	4.304,66	0,00	0,00	4.304,66
Equipamento de transporte	74.894,26	0,00	0,00	74.894,26
Equipamento Administrativo	48.444,79	6.355,46	0,00	54.800,25
Outros ativos fixos tangíveis	54.725,77	0,00	0,00	54.725,77
Total	368.949,06	10.980,26	0,00	379.929,32
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e outras construções	66.486,67	18.863,85	0,00	85.350,52
Equipamento básico	4.237,99	38,10	0,00	4.276,09
Equipamento de transporte	44.185,00	17.682,32	0,00	61.867,32
Equipamento administrativo	34.322,19	8.274,66	0,00	42.596,85
Outros ativos fixos tangíveis	24.694,79	5.815,54	0,00	30.510,33
Total	173.926,64	50.674,47	0,00	224.601,11
Quantia Líquida Escriturada	195.022,42	-39.694,21	0,00	155.328,21

31 de dezembro de 2022

Descrição	Saldo em 01-Jan - 2022	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Diminuições	Saldo em 31-dez-2023
Valor Bruto				
Edifícios e outras construções	177.210,76	9.368,82	0,00	186.579,58
Equipamento básico	4.304,66	0,00	0,00	4.304,66
Equipamento de transporte	74.894,26	0,00	0,00	74.894,26
Equipamento Administrativo	43.971,80	4.472,99	0,00	48.444,79
Outros ativos fixos tangíveis	50.265,05	4.460,72	0,00	54.725,77
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	350.646,53	18.302,53	0,00	368.949,06
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e outras construções	48.473,37	18.013,30	0,00	66.486,67
Equipamento básico	3.872,94	365,05	0,00	4.237,99
Equipamento de transporte	25.461,43	18.723,57	0,00	44.185,00
Equipamento administrativo	26.181,04	8.141,15	0,00	34.322,19
Outros ativos fixos tangíveis	18.617,23	6.077,56	0,00	24.694,79
Total	122.606,01	51.320,63	0,00	173.926,64
Quantia Líquida Escriturada	228.040,52	-33.018,10	0,00	195.022,42

6. Participações financeiras - método equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica “Participações Financeiras” tinha a seguinte composição:

31 de dezembro de 2023					Informação Financeira das Entidade	
Investimentos em empresas associadas	NIPC	Sede	Porcentagem de Interesses Detida nas Entidades	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período	Participação Financeira 31-dez- 2023	Resultado Líquido 31-dez-2023
Segup Partners	507.329.511	Povoa de Lanhoso	100,00%	34.111,46€	29.926,68	43.152,24

7. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Outros ativos financeiros” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
	Não corrente	Não corrente
FCT - Fundo Compensação Trabalho	4.184,78	4.568,42
Total	4.184,78	4.568,42

8. Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Clientes” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Clientes		
Clientes conta corrente	19.394,38	37.022,41
	<u>19.394,38</u>	<u>37.022,41</u>

A Entidade reconhece as perdas por imparidade em dívidas a receber, de acordo com critérios de gestão, tendo em consideração a situação financeira de cada cliente face às informações disponíveis. Tanto a 31 de dezembro de 2023 como a 31 de dezembro de 2022, não existe quaisquer perdas por imparidade registadas.



9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Ativos		
Imposto sobre o rend das pessoas coletivas IRC	0,00	29.810,49
Total	0,00	29.810,49
Passivos		
Imposto sobre o rend das pessoas coletivas IRC	52.532,07	0,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	16.394,57	9.471,85
Segurança Social	13.570,75	10.197,14
Total	82.497,39	19.668,99

Reconciliação da taxa efetiva de imposto:	31-dez-23	31-dez-22
Resultados Antes de Impostos	212.819,62	12.599,52
Acrescimos à matéria coletável		
Correções relativas ao ano anterior	0,00	0,00
Amortizações e provisões não aceites para efeitos fiscais	700,00	700,00
Multas, coimas, juros compensatórios	0,00	0,00
Outros	369,00	0,00
	<u>1.069,00</u>	<u>700,00</u>
Deduções à matéria coletável		
Benefícios fiscais	392,00	637,61
	<u>392,00</u>	<u>637,61</u>
Lucro/prejuízo fiscal	<u>213.496,62</u>	<u>12.661,91</u>
Dedução de prejuízos fiscais	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Matéria coletável	<u>213.496,62</u>	<u>12.661,91</u>
Imposto Liquidado	42.581,15	1.649,38
Derrama	3.202,45	189,93
Tributação Autónoma	8.794,47	7.635,20
IRC de períodos anteriores	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Imposto corrente	54.578,07	9.474,51
Imposto diferidos	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento do período	54.578,07	9.474,51
Taxa média efetiva de imposto	25,65%	75,20%

10. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Outros Créditos a Receber” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
	Corrente	Corrente
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	183.387,52	141.986,50
Outros Devedores e Credores	17.555,56	2.311,42
Fornecedores	11.073,92	10.047,20
Total	212.017,00	154.345,12

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Diferimentos (Ativo)		
Outros gastos a reconhecer	17.017,82	6.241,90
Total	17.017,82	6.241,90
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	4.858,71	39,58
Total	4.858,71	39,58

O valor de Diferimentos em 2022 é de 6.202,32€.

12. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital da entidade, totalmente subscrito e realizado, tem um valor de 54.000,00 €, (cinquenta e quatro mil euros) composto por 10.800 ações com o valor nominal de 5€ cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital:

	% Capital	Valor
Onires S.A.	50,00%	27.000,00
Norteseq, Mediação de Seguros, Lda.	49,98%	26.990,00

13. Reserva legal e Outras Reservas

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Por decisão da Assembleia Geral foram aprovadas as contas do período findo a 31 de dezembro de 2022 e foi deliberado que o valor de 156,25€ fosse transferido para a conta de reservas legais. Sendo que a 31 de dezembro de 2023 o valor das reservas legais eram de 10.446,63€. Em 31 de dezembro de 2022 o valor era de 10.290,38€.

Outras Reservas

Por decisão da Assembleia Geral foram aprovadas as contas do período findo a 31 de dezembro de 2022 e foi deliberado que o valor de 2.968,76€ fosse transferido para a rubrica de Outras Reservas. Sendo que a 31 de dezembro de 2023 o valor destas era de 152.450,88€. Em 31 de dezembro de 2022 o valor era de 149.482,12€.

14. Resultados Transitados

Durante o período de 2023 não existem alterações nos resultados transitados. Assim, o valor dos resultados transitados em 2023 é igual a 2022 perfazendo o valor de 27.449,89€.

15. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos de outros participantes no capital	0,00	0,00	0,00	180.000,00
	0,00	0,00	0,00	180.000,00

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Fornecedores conta corrente	18.011,61	12.958,34
Total	18.011,61	12.958,34

17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Devedores e credores por acréscimo de Gastos	130.225,89	116.416,46
Outros devedores e credores	44.883,57	229.682,34
Outros	421,10	619,36
Total	175.109,46	346.098,80

18. Serviços Prestados

Nos períodos de 2023 e de 2022, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2023	
	Mercado Interno	Total
Prestação de serviços	1.228.407,67	1.228.407,67
Total	1.228.407,67	1.228.407,67

Descrição	31-12-2022	
	Mercado Interno	Total
Prestação de serviços	998.120,51	998.120,51
Total	998.120,51	998.120,51

19. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2023 e de 2022, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.186,68	112,00
Total	1.186,68	112,00

20. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	2023	2022
Trabalhos Especializados	23.970,47	26.801,28
Rendas	209.739,75	192.050,00
Comunicação	14.888,06	9.295,24
Conservação e Reparação	8.219,76	5.144,14
Vigilância e Segurança	1.625,17	1.158,46
Comissões	225.164,03	112.731,42
Eletricidade	5.776,35	5.260,69
Deslocações e Estadias	20.089,53	17.177,49
Seguros	2.886,96	2.411,03
Material de Escritório	4.722,28	5.492,85
Despesas de Representação	0,00	403,10
Honorários	7.380,00	10.646,98
Limpeza, Higiene e Conforto	10.368,81	7.612,03
Publicidade e Propaganda	9.448,25	9.712,09
Artigos P/Oferta	21.764,19	19.990,40
Contencioso e Notariado	370,00	285,00
Ferramentas e Utens.Desg.Rap	673,63	4.651,40
Livros e Documentação técnica	64,22	0,00
Combustíveis	13.503,30	11.285,40
Fardamentos	0,00	597,17
Portagens	4.198,54	2.447,35
Água	1.440,87	1.161,12
Rendas e Alugues viaturas	9.304,94	1.942,32
TMN gestão frotas	136,81	21,04
Estacionamento	2.880,64	2.018,85
Despesas bancárias	415,21	382,40
Total	599.031,77	450.679,25

21. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	4.320,00	4.000,00
Remunerações do pessoal	448.627,09	325.063,24
Encargos sobre remunerações	102.554,65	73.505,45
Seguros acidentes de trab. e doenças profissionais	6.847,83	4.925,43
Outros gastos com pessoal	19.064,78	10.961,70
Total	581.414,35	418.455,82

O número médio de trabalhadores da Entidade no período de 2023 foi de 22 trabalhadores, e no ano de 2022, foi de 19 trabalhadores tendo se verificado um aumento de 3 trabalhadores.

22. Outros rendimentos

Nos períodos de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	2023	2022
Descontos de pronto pagamento obtidos	32,83	56,90
Outros rendimentos e ganhos	241.288,39	156.734,49
Total	241.321,22	156.791,39

23. Outros gastos

Nos períodos de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Impostos	25.619,99	21.760,65
Descontos de pronto pagamento concedidos	8,47	83,09
Outros gastos e perdas	1.346,90	200.124,94
Total	26.975,36	221.968,68

24. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos períodos findos em 31 de dezembro, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	50.674,67	0,00	50.674,67	51.320,63	0,00	51.320,63
	50.674,67	0,00	50.674,67	51.320,63	0,00	51.320,63

3

25. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 20/05/2024. No entanto, os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as demonstrações e solicitar alterações.



26. Matérias ambientais

Em 31 de dezembro não se encontrava registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgado qualquer contingência ambiental por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados que resultem encargos materialmente relevantes para a empresa.

27. Propostas de aplicação do resultado do período

O resultado líquido do período ascendeu a 57.197,75 euros, sendo que a Administração propõe que o mesmo seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 353,37€
- Reservas livres: 56.844,38€

28. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2023, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2023.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal de contas.

29. Benefícios Fiscais

O Incentivo fiscal à recuperação é um benefício fiscal plasmado no Artº 307 da Lei Nº 12/2022 de 27 de junho (OE de 2022), que permite às empresas deduzir à coleta apurada uma percentagem de 10 a 25% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração, que sejam efetuadas, num montante acumulado máximo de 5 milhões de euros, e até 70% da coleta de cada período de tributação. Em 2022 foi efetuado um investimento no valor de 17.598.97€ que originou um benefício fiscal no período no valor de €. 1.759,9€. Face ao exposto a entidade pagou menos 1.506,76€ em IRC em 2022, e em 2023, pagou menos 253,14€.

30. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Administração para emissão em 20 de maio de 2024.

Braga, 20 de maio de 2024.

A Administração

O Contabilista Certificado n.º 18205



João Manuel Vitoria Rodrigues Serim

João Carlos Gomes Vieira

f



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de SEG UP - CORRETORES DE SEGUROS, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 582.443 euros e um total de capital próprio de 301.545 euros, incluindo um resultado líquido de 57.198 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativa ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de SEG UP - CORRETORES DE SEGUROS, S.A. em 31 de dezembro de 2023 de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A empresa adotou em 2023 a NCRF PE tal como previsto no DL n.º 158/2009, com as alterações decorrentes do DL n.º 98/2015, de 2 de Junho, tendo apresentado o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



ANTÓNIO FERNANDES,
MARTA MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 20 de junho de 2024

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.
Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608